O Decreto-Lei n.º 140/2009 como instrumento para a salvaguarda do património cultural e o reconhecimento do papel do conservador-restaurador em Portugal

The Law n. 140/2009 as instrument for the safeguard of cultural heritage and the recognition of the role of the conservator-restorer in Portugal

André Varela Remígio
Rua Fernão Penteado 22, 1400-148 Lisboa
mail@avremigio.com
http://www.avremigio.com

■ Introdução

Paralelamente ao que aconteceu noutros países europeus, a formação em Conservação e Restauro em Portugal evoluiu até chegar ao nível universitário. Contudo, no nosso país, a existência de formações intermédias, a proliferação de profissionais indevidamente qualificados, a banalização da profissão e sucessivas e irremediáveis perdas de património cultural originaram uma clarificação legal do perfil do conservador-restaurador. Passados oito anos, os artigos 45.º e 59.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro [1], a lei que estabelece as bases da política e o regime de protecção e valorização do património cultural, foram objecto de concretização através do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho [2]. Complementaram-se assim as regras para os bens culturais imóveis e criou-se um procedimento para os bens culturais móveis.

Embora o Decreto-Lei n.º 140/2009 se refira a bens culturais móveis protegidos, este diploma deverá ser entendido como uma referência e estendido a todos os bens culturais móveis relevantes do Estado, autarquias, museus, Igreja e coleccionadores particulares.

■ A obrigatoriedade da formação superior em Conservação e Restauro

Segundo o estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 140/2009, o “relatório prévio” e a “d direcção de obras ou intervenções de conservação e restauro em bens culturais móveis”, integrados ou não em bens culturais imóveis, classificados ou em vias de classificação,

são “da responsabilidade de um técnico habilitado com formação superior de cinco anos em conservação e restauro” [2]. Fica assim explícito e sem margem para dúvidas que os conservadores-restauradores têm que frequentar obrigatoriamente um curso superior especificamente de Conservação e Restauro e com cinco anos lectivos. Esta disposição vai ao encontro do n.º 2 do E.C.C.O.- ENCoRE Paper on Education and Access to the Conservation-Restoration Profession [3], elaborado conjuntamente pela European Confederation of Conservator-restorers’ Organizations (E.C.C.O.) e a European Network for Conservation-Restoration Education (ENCoRE), em 2003.

A definição da formação académica por anos lectivos e não por graus académicos permite uma inteligente e justa equiparação quase directa entre as formações anteriores e posteriores à implementação do disposto na Declaração de Bolonha, assinada em 1999 [4]. Assim, os conservadores-restauradores formados antes de Bolonha têm que ter uma licenciatura em Conservação e Restauro com cinco anos lectivos e os formados posteriormente uma licenciatura e um mestrado, ambos de Conservação e Restauro de modo a perfazerem os cinco anos lectivos obrigatórios.

Neste sentido, os estabelecimentos de ensino superior não deviam aceitar licenciados noutras áreas do conhecimento nem indivíduos sem formação superior nos mestrados de Conservação e Restauro, tal como tem acontecido. Para além destas práticas irem contra as directrizes da E.C.C.O. e da ENCoRE, estes indivíduos não verificam as condições estabelecidas pelo presente diploma, uma vez que não possuem a obrigatória formação superior com cinco anos lectivos especificamente em

Conservação e Restauro. Também devia haver maior rigor por parte dos estabelecimentos de ensino superior públicos na atribuição de equivalências académicas, dado que existem no meio da Conservação e Restauro indivíduos com equivalências indevidamente atribuídas, principalmente formados no estrangeiro.

■ A obrigatoriedade de cinco anos de experiência profissional

À semelhança de legislação referente a profissionais de outras áreas do conhecimento, o n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 140/2009 também exige que o conservador-restaurador possua *“cinco anos de experiência profissional após a obtenção do título académico”* [2].

Embora as instituições ligadas à Conservação e Restauro, públicas e privadas, não estejam estruturadas nem tenham condições para garantir o desejado acompanhamento de todos os recém-formados durante estes primeiros anos de actividade profissional, este período é essencial para assegurar alguma maturidade profissional aos novos conservadores-restauradores e, por conseguinte, melhor garantir o sucesso dos seus tratamentos de Conservação e Restauro.

■ A obrigatoriedade de uma especialidade

É de sublinhar a importância que o legislador atribuiu às especialidades da Conservação e Restauro, embora não as defina. O n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 140/2009 estabelece que *“a formação superior e a experiência profissional referidas no número anterior devem ser relevantes na respectiva área de especialidade e no âmbito das obras ou intervenções em causa”* [2], indo também ao encontro do disposto no *E.C.C.O-ENCoRE Paper on Education and Access to the Conservation-Restoration Profession* [3].

A organização da Conservação e Restauro por especialidades é uma constante internacional, embora cada país tenha escolhido as suas, de acordo com as especificidades do seu património cultural e do seu contexto profissional. Nem sempre compreendidas, as especialidades em Portugal terão a sua génese no Instituto para Exame e Restauro de Obras de Arte (IEROA), instalado em 1940 num pioneiro edifício construído de raiz para o efeito,

junto ao Museu Nacional de Arte Antiga. Este instituto viria a ter três oficinas especializadas: Mobiliário e Talha, Pintura e Tecidos e Tapeçaria [5].

Criado em 1965, o Instituto José de Figueiredo (IJF) herdou as três oficinas especializadas do IEROA e criou a de Escultura [5]. Aprovada em 1980, a nova lei orgânica do IJF substituiu as oficinas por divisões e criou outras, denominando-as do seguinte modo: Pintura; Pintura Mural; Escultura; Têxteis; Bens Arqueológicos e Etnográficos; Documentos Gráficos e Vitrais [6,7]. Especificamente para preencher as vagas da recém-criada carreira de técnico de Conservação e Restauro, foram criados cursos de formação profissional [7] em sete especialidades: Azulejaria, Faiança, Porcelana e Vitral; Escultura; Pintura Mural; Documentos Gráficos; Têxteis; Pintura e Bens Arqueológicos e Etnográficos [7-13]. Enquanto os cursos de Escultura, Pintura Mural, Documentos Gráficos, Têxteis, Pintura tinham três anos lectivos [7-12], o de Bens Arqueológicos e Etnográficos tinha dois anos lectivos [7,13] e a colaboração do Museu Monográfico de Conímbriga (MMC). O curso de Azulejaria, Faiança, Porcelana e Vitral não se realizou. Entre quatrocentos e cinquenta candidatos [14], foram criteriosamente seleccionadas trinta e seis pessoas [14], mas apenas trinta e quatro concluíram os cursos, em 1983 [15].

Estava previsto que as carreiras de Conservação e Restauro relativas às especialidades de Instrumentos Musicais, Mobiliário e Vitral não estruturadas pelo D.L. 245/80 fossem posteriormente objecto de legislação [7], contudo isso não veio a acontecer.

Em 1989, a Escola Superior de Conservação e Restauro (ESCR) foi criada junto do IJF, mas integrada no sistema educativo nacional ao nível do ensino superior politécnico [16], conferindo o grau de bacharel em Conservação e Restauro [17]. Herdeira da sabedoria e experiência do IJF, a ESCR formou conservadores-restauradores em mais seis especialidades: Azulejo, Cerâmica e Vidro; Fotografia; Instrumentos Musicais; Metais; Mobiliário e Pedra. A especialidade de Bens Arqueológicos e Etnográficos foi separada em duas diferentes. Extinta a ESCR em 1999 [18], a sucedânea licenciatura em Conservação e Restauro da Universidade Nova de Lisboa [19] viria a adoptar as mesmas especialidades.

Criada em 1995 para *“defender, desenvolver e promover o estatuto profissional do conservador-restaurador”* [20],

a Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal (ARP) aprovou por unanimidade em Assembleia Geral, no dia 6 de Março de 2003, uma proposta da direcção reafirmando que os seus sócios apenas poderiam ser responsáveis pelos tratamentos de Conservação e Restauro de bens culturais de uma especialidade. Estas especialidades foram definidas na Assembleia Geral seguinte, a 14 de Julho de 2004, optando-se pelas treze especialidades tradicionais em Portugal: Azulejo, Cerâmica e Vidro; Bens Arqueológicos; Bens Etnográficos; Escultura; Fotografia; Instrumentos Musicais; Metais; Mobiliário; Papel, Documentos e Livro; Pedra; Pintura; Pintura Mural e Têxteis. Gradualmente, os demais estabelecimentos de ensino superior e várias instituições culturais viriam a seguir estas mesmas especialidades.

Embora o Decreto-Lei n.º 140/2009 não defina as especialidades, deverão então continuar a ser assumidas as treze especialidades tradicionais em Portugal, não inviabilizando contudo a hipótese de no futuro efectuarem-se acertos de pormenor em algumas delas e criarem-se outras.

■ As excepções previstas na lei e os problemas que levantam

Uma lei que até aqui parece inovadora e adequada pode transformar-se num imenso vazio legal, caso seja objecto de interpretações pouco esclarecidas ou mesmo mal intencionadas. Isto porque o n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 140/2009 fere as imposições normativas estabelecidas nos números anteriores, ao prever que “a administração do património competente pode, a título excepcional e de forma fundamentada, admitir técnicos com qualificações académicas inferiores ao exigido no presente decreto-lei (...) desde que enquadradas para efeito e sem prejuízo de um mínimo de cinco anos de experiência profissional na respectiva especialidade” [2]. Pela subjectividade da sua redacção, não se percebe a quem é que esta norma é dirigida. Qualquer lei tem que ser clara e objectiva, não podendo ser sujeita a diferentes interpretações. Para além de acima de tudo ter que ser sensata, uma lei deve basear-se em princípios fundamentais e na generalidade dos casos e não em casos concretos ou interesses sectoriais.

Por outro lado, esta legislação não tem em conta a evolução da formação superior em Conservação e Restauro, de bacharelato a licenciatura. Apesar de qualquer legislação dever ter uma perspectiva de futuro, não pode desconhecer o presente e esquecer o passado, correndo o risco de ser injusta e, como neste caso, comprometer a tão desejada união intergeracional de conservadores-restauradores.

Os bacharelatos em Conservação e Restauro criados em 1989, na ESCR (quatro anos lectivos) [16] e na Escola Superior de Tecnologia de Tomar (ESTT) do Instituto Politécnico de Santarém (IPS) (três anos lectivos) [21, 22], deram lugar, respectivamente, às licenciaturas de Conservação e Restauro da Universidade Nova de Lisboa (cinco anos lectivos) [23] e da ESTT do Instituto Politécnico de Tomar (IPT) (bietápica: três + dois anos lectivos) [24], ambas iniciadas em 1998 [19, 25].

A par do que aconteceu em quase todos os outros países europeus, o bacharelato (*bachelor*) era o grau académico superior mais elevado à época e suficiente para formar um conservador-restaurador. Esta realidade é transversal a muitas outras profissões em Portugal. Por isso, os bacharéis em Conservação e Restauro que tenham iniciado a sua formação até 1998, tanto em Portugal como no estrangeiro, deveriam ter os seus direitos assegurados, sendo inequivocamente contemplados em lei.

É importante lembrar que a ESTT do IPS foi inserida em 1997 no IPT [26], criado nesse ano [26], e que os alunos da ESCR foram integrados na UNL em 1998 [18], onde concluíram o seu bacharelato [27]. Com esta evolução da formação superior em Conservação e Restauro, a maioria dos bacharéis prosseguiu os seus estudos, frequentando as licenciaturas em Conservação e Restauro e agora os mestrados.

De acordo com este diploma, os licenciados em Conservação e Restauro pós-Bolonha (com três anos lectivos) apenas poderão trabalhar sob a orientação de um conservador-restaurador formado com os dois ciclos e especialista [3]. Tendo em conta o elevado número de licenciados em Conservação e Restauro pós-Bolonha que não prosseguem os estudos frequentando o mestrado em Conservação e Restauro, não parece que esta realidade esteja ainda enraizada no meio estudantil.

Assim, o n.º 3 do artigo 18.º deveria considerar explícita e unicamente os bacharéis em Conservação e Restauro que tenham iniciado a sua formação até 1998,

data do início das licenciaturas, porque estes eram os únicos conservadores-restauradores até essa data, como veremos de seguida.

■ Sistema de Acreditação Profissional

A publicação do Decreto-Lei n.º 140/2009 terá aniquilado definitivamente a intenção de implementar o Sistema de Acreditação Profissional em preparação desde 2000 por vários grupos de trabalho coordenados pelo então Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR) e actualmente pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) [28].

É indiscutível que o marasmo deste longo e nublado processo que nunca deu qualquer fruto contribuiu decisivamente para o actual estado de profunda degradação e desorganização do meio da Conservação e Restauro no nosso país. Favoreceu o aumento de cursos técnico-profissionais de Conservação e Restauro em detrimento dos tão necessitados de artes e ofícios, a criação de cursos de curta duração sem qualquer base científica, a proliferação de profissionais sem qualificação e a progressão de indivíduos por caminhos profissionais irregulares. As consequências para o património cultural são, lamentavelmente, evidentes. Enquanto isso, a esmagadora maioria dos conservadores-restauradores está desempregada, entregue a estágios profissionais precários ou não remunerados e dependente de bolsas de estudo ou de investigação. A elevadíssima taxa de abandono da profissão é também um facto incontestável, merecendo ser alvo de profunda e urgente reflexão por parte de todas as entidades competentes do meio da Conservação e Restauro.

Voltando atrás no tempo, deparamo-nos com um processo pouco conhecido e com contornos semelhantes a uma acreditação, quando, em 1989, foram criados os primeiros cursos superiores em Conservação e Restauro em Portugal. Para além de criar a ESCR, o Decreto-Lei n.º 431/89, de 16 de Dezembro, previu um sistema de atribuição de equivalências académicas a profissionais então em exercício [16].

O n.º 1 do artigo 7.º deste diploma concede directamente equivalência ao bacharelato de Conservação e Restauro “aos indivíduos que concluíram os três anos dos cursos de Conservação e Restauro criados ao abrigo do artigo

9.º do Decreto-Lei n.º 245/80, de 22 de Julho, e os anos de estágio” [17]. Dos trinta e quatro técnicos que concluíram os cursos do IJF [15], apenas vinte e seis [29] obtiveram a equivalência directa, porque o curso de Bens Arqueológicos e Etnográficos do IJF/MMC tinha apenas dois anos lectivos e alguns dos técnicos dos outros cursos não transitaram posteriormente para o regime de estágio de carácter probatório para efeitos de admissão na carreira de técnico de Conservação e Restauro do IJF [30], com a duração de dois anos [7, 15].

Sem prejuízo do número anterior, os n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo prevêm que num período de seis meses “a equivalência ao bacharelato (...) em Conservação e Restauro poderá ainda ser concedida mediante apreciação curricular efectuada por um júri”, tendo em conta “a) As habilitações literárias; b) A formação em conservação e restauro; c) A experiência profissional em conservação e restauro; d) A contribuição para o desenvolvimento da área da conservação e restauro; e) A formação de nível superior ou universitária em outras áreas do conhecimento.” [16]. O júri nomeado era constituído pelo Professor Doutor Aires de Barros, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, o Doutor Pedro Fialho de Sousa, professor auxiliar da Faculdade de Arquitectura da mesma universidade, e a Dr.ª Adília Alarcão, directora do Museu Monográfico de Conímbriga (MMC) [31]. Este júri apreciou curricularmente vários candidatos e concedeu equivalências a quarenta pessoas [32], entre elas os cinco técnicos formados pelo IJF em Bens Arqueológicos e Etnográficos, dez técnicos formados por um segundo curso da mesma especialidade iniciado em 1987 [7, 33], e antigos técnicos do IJF, da Fundação Calouste Gulbenkian, do Museu Nacional do Azulejo e de outras instituições.

Segundo o n.º 5, “aos técnicos de conservação e restauro habilitados com cursos estrangeiros legalmente reconhecidos nos respectivos países para o exercício da sua profissão poderá ser concedida a equivalência às habilitações portuguesas correspondentes, nos termos do Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho, e demais legislação aplicável” [16]. Embora tenhamos conhecimento que este processo se tenha iniciado, infelizmente não encontrámos qualquer diploma com a publicação dos seus resultados finais.

A acreditação profissional foi por isso efectuada na altura certa, pelas entidades competentes e com os meios adequados, reconhecendo apenas quem se enquadrava no

perfil adequado. Se uma segunda acreditação profissional vinte anos depois da criação dos primeiros cursos superiores de Conservação e Restauro fazia pouco sentido, agora com a publicação do Decreto-Lei n.º 140/2009 não parece fazer sentido algum. Qualquer acção agora nesse sentido levanta mesmo pressupostos difíceis de explicar. É que a partir de 1989, quando a formação em Conservação e Restauro foi integrada no sistema educativo nacional e com acesso mediante provas gerais, este passou a ser o único caminho formativo do conservador-restaurador, sendo por isso extremamente perverso e injusto admitir agora qualquer outro. À luz do bom senso e das boas práticas da Conservação e Restauro, seria até um grave retrocesso. A partir de 1989, só não ingressou nos cursos superiores de Conservação e Restauro quem não quis ou não tinha capacidades para tal. O n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 431/89 reforça esta viragem de filosofia na formação em Conservação e Restauro, extinguindo os cursos promovidos pelo IJF ao abrigo do Decreto-Lei n.º 245/80, de 22 de Julho [16].

■ **Balanço da aplicação do Decreto-Lei n.º 140/2009**

Publicado em 15 de Junho de 2009, o Decreto-Lei n.º 140/2009 está em vigor há cerca de ano e meio, mas nada de diferente parece fazer sentir-se. Incompreensivelmente, este importante instrumento para a salvaguarda do património cultural e o reconhecimento do papel do conservador-restaurador não é mencionado nem divulgado por nenhuma das instituições ligadas à Conservação e Restauro. Parece que não existe. Lamentavelmente, o património cultural continua a ser vítima de más intervenções e os conservadores-restauradores liberais completamente desprotegidos.

Não há pior publicidade para as instituições públicas responsáveis pela área da Conservação e Restauro que o património cultural ser consecutivamente delapidado. Não há pior publicidade para a classe dos conservadores-restauradores que a emergência de profissionais não qualificados. Não há pior publicidade para os estabelecimentos de ensino superior de Conservação e Restauro que o desemprego dos seus formados. Perante esta situação de deterioração galopante, não se compreende

porque é que o combate dos seus problemas não é a principal prioridade das diversas entidades.

Ao arrepio de qualquer lógica, há várias instituições culturais, públicas e privadas, com equipas ditas de Conservação e Restauro nos seus quadros de pessoal, mas raras são as coordenadas por conservadores-restauradores. Nos seus meios de divulgação, há profissionais identificados como conservadores-restauradores, não o sendo. Lamentavelmente, também existem conservadores-restauradores a publicitarem graus académicos que não possuem. Há também a singularidade de algumas instituições aceitarem estágios de profissionais não qualificados ou mesmo darem abrigo a cursos de curta duração ou técnico-profissionais de Conservação e Restauro, originando inevitavelmente maus resultados para o património cultural. Se o próprio Estado não cumpre a lei, que credibilidade tem para fazê-la cumprir?

Consultando o Portal dos Contratos Públicos [34], deparamo-nos com um panorama verdadeiramente aterrador. Em mais de duzentos e cinquenta ajustes directos na área da Conservação e Restauro celebrados por instituições públicas em 2009 e 2010, são inúmeros os concedidos a empresas sem conservadores-restauradores ou mesmo directamente a profissionais sem a devida qualificação. Exemplos chocantes são vários e de diferentes níveis, principalmente no meio museológico. Um dos casos mais flagrantes, por exemplo, será o ajuste directo (procedimento n.º 49865) que o Hospital da Marinha, dependente do Ministério da Defesa Nacional, fez a uma empresa de caixilharia de alumínio e ferro para o “*restauro e colocação de painéis de azulejos de valor histórico*” [34].

A sociedade civil olha ainda para a Conservação e Restauro e o Conservador-restaurador segundo modelos há muito ultrapassados. Frequentemente, são publicadas notícias nos meios de comunicação social sobre profissionais não qualificados e ditos tratamentos de Conservação e Restauro, mas nunca têm uma resposta pública, muito menos pedagógica e construtiva. Se estas notícias são públicas, a reacção tem que ser dada ao mesmo nível, de modo a informar e esclarecer os mesmos interlocutores.

Perante inúmeras situações do conhecimento público, não há memória de ter havido uma reacção que tenha originado a suspensão de trabalhos, prevista no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 140/2009, ou a aplicação de qualquer sanção por omissão ou incumprimento do disposto

no artigo 28.º [2]. Se este diploma defende claramente as boas práticas da Conservação e Restauro e as competências do conservador-restaurador, prevendo que “o incumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 22.º” “constitui uma contra-ordenação punível com a coima de €500 a €3500 e de €3500 a €25000, conforme se trate de pessoas singulares ou de pessoas colectivas, respectivamente”, deve ser aplicado quando necessário.

■ Sugestão

O futuro de Portugal está inevitavelmente ligado ao turismo de qualidade. Com um património cultural rico, o turismo cultural terá cada vez mais relevância. Por isso, a Conservação e Restauro é uma área com futuro. Contudo, é necessário organizá-la urgentemente e com uma perspectiva a longo prazo. Urge então divulgar o Decreto-Lei n.º 140/2009 junto de todas as instituições responsáveis pelo património cultural nacional, públicas e privadas, de modo a defender e promover o papel do conservador-restaurador.

Seria igualmente importante elaborar uma lista oficial de conservadores-restauradores que cumprem os requisitos estabelecidos neste diploma. Enquanto não existe a tão necessária associação profissional de conservadores-restauradores de direito público, isto é com poder legal de auto-regulação, esta tarefa poderia talvez recair no IMC, a instituição pública competente para “creditar, através de instrumentos normativos adequados, a qualificação de entidades públicas ou privadas, colectivas ou individuais, que exerçam actividades de conservação e restauro do património cultural móvel e integrado” [35]. Como é evidente, se este instituto não teve competência para implementar o sistema de acreditação profissional ao longo de dez anos, algo teria que fazer radicalmente diferente para que este projecto não tivesse o mesmo infeliz fim.

Alojada no sítio da internet do IMC, esta lista poderia ser organizada pelas treze especialidades tradicionais em Portugal, de modo a facilitar a pesquisa dos interessados. A especialidade de cada conservador-restaurador corresponderia ao estágio curricular do seu curso. Se a formação do conservador-restaurador é ministrada nas academias desde 1989, então é esta que deverá prevalecer. Para casos omissos, a especialidade poderia ser atribuída excepcionalmente mediante uma criteriosa apreciação curricular.

De modo a caracterizar melhor cada conservador-restaurador, para além dos seus contactos profissionais, a cada nome deveriam estar associados os graus académicos específica e exclusivamente em Conservação e Restauro, os anos de conclusão e os estabelecimentos de ensino superior ou a referência à equivalência a bacharelato atribuída através do Decreto-Lei n.º 431/89 [16] ou do Despacho Conjunto 13-A/ME/MC/97, de 8 de Janeiro [32].

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 140/2009, deveriam constar os licenciados pré-Bolonha em Conservação e Restauro com cinco anos lectivos, em Portugal (UNL e IPT) ou no estrangeiro (*bachelor + master degree*), desde que possuíssem os tais cinco anos de experiência profissional após a obtenção do título. A partir do momento em que os formados com uma licenciatura e mestrado em Conservação e Restauro pós-Bolonha comessem a concluir os cinco anos de experiência profissional, seriam naturalmente incluídos também.

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 18º do mesmo diploma, apenas deveriam constar os bacharéis em Conservação e Restauro que tenham iniciado a sua formação até 1998, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como os sessenta e seis técnicos que obtiveram equivalência a bacharelato [15, 29] ao abrigo do D.L. n.º 431/89 [16].

Os licenciados pré-Bolonha em Conservação e Restauro pela Universidade Católica Portuguesa encontram-se numa situação ambígua. Como esta licenciatura, iniciada em 2002, apenas tinha quatro anos lectivos, estes licenciados não verificam as condições estabelecidas no n.º 1 do artigo 18º deste diploma. Embora esta licenciatura não estivesse de acordo com as indicações europeias sobre a formação em Conservação e Restauro, não há razão legal para não considerar também estes licenciados, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18º. Por um lado, o *The Document of Pavia* (1997) recomendava apenas que a formação em Conservação e Restauro fosse ministrada “at university level” [36]. Por outro lado, porém, esse aspecto foi clarificado através do *ENCoRE Clarification Paper* (2001), segundo o qual “the overall length of study for entry into the profession or to continue to doctorate level should be five years” [37]. Esta recomendação viria a ser reafirmada no *E.C.C.O. - ENCoRE Paper on Education and Access to the Conservation-Restoration Profession* (2003) [3] e do *E.C.C.O. Professional Guidelines III Basic Requirements*

for Education in Conservation-Restoration (2004) [38]. Além disso, o *International Council of Museums-Committee for Conservation* (ICOM-CC) (1984) [39] recomendava que os cursos deviam ter um estágio final (ponto 5.4), característica que este não tinha.

Através deste texto, procuramos dar um contributo positivo para uma melhor salvaguarda do património cultural, a organização do meio da Conservação e Restauro e a defesa do papel do Conservador-restaurador, propondo de um modo construtivo uma medida extremamente simples, económica e altamente eficaz. Basta agora haver interesse, vontade e coragem para concretizá-la.

■ Agradecimentos

O autor manifesta o seu sincero reconhecimento aos seus colegas Francine Oliveira, Carmen Almada, Ana Calvo, Elsa Murta, Rosa Vieira, Paula Menino Homem, Frederico Henriques, Leonor Loureiro, Ricardo Triães, Rui Bordalo, Augusta Lima e Eva Raquel, pela colaboração e informações prestadas.

■ Referências

- Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, *Diário da República*, I Série-A, **209** (2001) 5808 - 5829.
- Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho, *Diário da República*, 1.ª Série, **113** (2009) 3653 - 3659.
- E.C.C.O.-ENCORE Paper on Education and Access to the Conservation-Restoration Profession (2003), http://www.encore-edu.org/encore/encore_docs/ECCO-ENCORE.pdf (acesso em 7-12-2010).
- Declaração de Bolonha (1999), http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/394/Declaracao_Bolonha_portugues.pdf (acesso em 7-12-2010).
- Decreto-Lei n.º 46758/65, de 18 de Dezembro, *Diário da República*, I Série, **286** (1965) 1696 - 1705.
- Decreto-Lei n.º 383/80, de 19 de Setembro, *Diário da República*, I Série, **217** (1980) 2794 - 2797.
- Decreto-Lei n.º 245/80, de 22 de Julho, *Diário da República*, I Série, **167** (1980) 1800 - 1804.
- Portaria n.º 604/80, de 13 de Setembro, *Diário da República*, I Série, **212** (1980) 2633 - 2634.
- Portaria n.º 605/80, de 13 de Setembro, *Diário da República*, I Série, **212** (1980) 2634.
- Portaria n.º 676/80, de 18 de Setembro, *Diário da República*, I Série, **216** (1980) 2768 - 2769.
- Portaria n.º 679/80, de 19 de Setembro, *Diário da República*, I Série, **217** (1980) 2799 - 2800.
- Portaria n.º 862/80, de 23 de Outubro, *Diário da República*, I Série, **246** (1980) 3570.
- Portaria n.º 681/80, de 19 de Setembro, *Diário da República*, I Série, **217** (1980) 2800 - 2801.
- Magalhães, I. R., «O IJF/IPCR e a Formação», in actas 4º Encontro do IPCR – A História, a Formação e as Boas Práticas em Conservação e Restauro, IPCR, Lisboa (2005).
- Aviso do Instituto Português do Património Cultural, de 13 de Outubro, *Diário da República*, **258**, II Série (9 de Novembro de 1983) 9282 - 9283.
- Decreto-Lei n.º 431/89, de 16 de Dezembro, *Diário da República*, I Série, **288** (1989) 5439 - 5441.
- Portaria n.º 1182/90, de 5 de Dezembro, *Diário da República*, I Série, **280** (1990) 4982 - 4982.
- Decreto-Lei n.º 356/99, de 11 de Setembro, *Diário da República*, I Série-A, **213** (1999) 6276.
- Despacho n.º 6462/98, *Diário da República*, II Série, **92** (20 de Abril de 1998) 5202 - 5203.
- Escritura da constituição da Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal –ARP, a 28 de Junho de 1995, exarada a fls. 78 e seguintes do livro das notas para escrituras diversas n.º 132-H do Cartório Notarial de Queluz. *Diário da República*, III Série, **216** (18 de Setembro de 1995) 17905.
- Portaria n.º 343/90, de 7 de Maio, *Diário da República*, I Série, **104** (1990) 2118 - 2219.
- Portaria n.º 623/89, de 5 de Agosto, *Diário da República*, I Série, **179** (1989) 3141.
- Despacho n.º 12267/99, *Diário da República*, II Série, **147** (26 de Junho de 1999) 9215 - 9216.
- Portaria n.º 524/99, de 21 de Julho, *Diário da República*, I Série-B, **168**, (1999) 4500 - 4504.
- Portaria n.º 413-E/98, de 17 de Julho, *Diário da República*-3º Suplemento, I Série-B, **163** (1998) 3470-(12) - 3470-(24).
- Decreto-Lei n.º 96/96, de 17 de Julho, *Diário da República*, I Série-A, **164** (1996) 1990 - 1991.
- Despacho n.º 12268/99, *Diário da República*, II Série, **147** (26 de Junho de 1999) 9216 - 9217.
- http://www.imc-ip.pt/pt-PT/conservacao_restauracao/estrategias_intervencao/ContentDetail.aspx (acesso em 29-12-2010)
- Aviso do Instituto Português do Património Cultural, de 4 de Março, *Diário da República*, **173**, II Série (30 de Julho de 1987) 9436.
- Portaria n.º 628/84, de 23 de Agosto, *Diário da República*, I Série, **195** (1984) 2591 - 2592.
- Despacho Conjunto da SEC/SEES, de 15 de Abril, *Diário da República*, II Série, **100** (2 de Maio de 1990) 4617.
- Despacho Conjunto 13-A/ME/MC/97 de 8 de Janeiro. *Diário da República*, II Série, **34** (10 de Fevereiro de 1997) 1726.
- Decreto-Lei n.º 25/87, de 13 de Janeiro, *Diário da República*, I Série, **10**, (1987) 172-173.

- 34 *Portal dos Contratos Públicos*; <http://www.base.gov.pt/searchcenter/Paginas/Results.aspx?k=restauro&s=Ajustes+Directos> (acesso em 21-12-2010).
- 35 Portaria n.º 377/2007, de 30 de Março, *Diário da República*, 1ª Série, **64** (2007) 2024 - 2028.
- 36 *The Document of Pavia*, Pavia (1997); <http://www.encore-edu.org/encore/DesktopDefault.aspx?tabindex=1&tabid=188> (acesso em 30-12-2010).
- 37 *ENCoRE Clarification Paper, ENCoRE, Munich* (2001); <http://www.encore-edu.org/encore/encoredocs/cp.pdf>
- 38 *E.C.C.O. Professional Guidelines III Basic Requirements for Education in Conservation-Restoration*, E.C.C.O., Brussels (2004); <http://www.encore-edu.org/encore/DesktopDefault.aspx?tabindex=1&tabid=172> (acesso em 30-12-2010).
- 39 International Council of Museums-Committee for Conservation Code of Ethics, Copenhagen (1984); <http://www.encore-edu.org/encore/DesktopDefault.aspx?tabindex=1&tabid=191> (acesso em 30-12-2010).

Recebido: 14 de Janeiro de 2011

Versão revista: 19 de Fevereiro de 2011

Aceite: 28 de Março de 2011